

## ÉTICA E CORRUPÇÃO EM PAUTA

# “A Lava Jato é uma verdadeira revolução no Brasil”, afirma jurista Luiz Flávio Gomes

Em entrevista, Gomes faz uma análise sobre a maior investigação anticorrupção da história do país e sobre as eleições de 2018

→ LÍVIA CALDEIRA

lvivia@oextra.net

Com os vários fatos e desdobramentos da Lava Jato, os temas ética e corrupção se tornaram pauta frequente na mídia e nas conversas entre amigos e discussões das redes sociais. Para o jurista e professor Luiz Flávio Gomes, “a operação é uma verdadeira revolução no Brasil”. O especialista em direito penal, que é considerado hoje um dos maiores juristas do Brasil, esteve em Fernandópolis no último dia 22 onde ministrou palestra com o tema “Lava Jato: ética, cidadania e novas lideranças”, e discursou sobre os caminhos para uma transformação efetiva do país em prol de uma realidade mais ética e cidadã. Criador do movimento “Quero

um Brasil Ético”, o professor defende que a operação é inédita no Brasil por prender poderosos: “A impunidade histórica dos criminosos de colarinho-branco acabou, a prisão finalmente foi democratizada”. Embora considere a operação um sucesso, Gomes admite, no entanto, que a Lava Jato apresenta alguns problemas e foram cometidos deslizes e abusos. “É evidente que existe perseguição a alguns partidos e proteção de outros, por isso é preciso ampliar o escopo para que não se transforme em uma ação partidária”, alerta. Nesta entrevista exclusiva concedida ao “O Extra.net”, Gomes faz uma análise da maior investigação anticorrupção conduzida até hoje no país.



Para o professor, a população deve exercer uma cidadania vigilante, por dois meios: redes sociais e ruas

**O EXTRA: A corrupção, na sua opinião, está enraizada em todos os setores da sociedade ou é exclusividade da classe política?**

**GOMES:** A corrupção está presente em todos os setores e em todos os níveis (municipal, estadual e federal). A corrupção, porém, não é um mal só brasileiro, no mundo inteiro existe corrupção. A diferença é que aqui ela (a corrupção) ainda é muito apoiada pelos órgãos que a deveriam fiscalizar. A operação Lava Jato, que deveria ser a regra, é uma exceção, lamentavelmente.

**O EXTRA: Em sua palestra falou sobre a importância da Lava Jato no atual cenário político, admitindo também que a operação cometeu alguns erros. Qual o balanço da Lava Jato?**

**GOMES:** É sem dúvidas algo inusitado no Brasil, e diria que é um sucesso. Teve sim alguns problemas de desrespeito a lei em alguns momentos por parte do juiz Moro, que cometeu alguns equívocos, mas é um sucesso e tem um saldo positivo perante a sociedade. Por isso que 85% dos brasileiros apoiam essa operação, justamente porque é benéfica para a sociedade.



Gomes ministrou palestra em Fernandópolis no último sábado

**O EXTRA: O que deslegitima a operação Lava Jato?**

**GOMES:** Seletividade. Inequivocamente, a Lava Jato começou duramente pelo PT, chegou agora no PMDB, há denúncias contra o PP, mas

o PSDB ainda está protegido e isso é injusto, não concordo de maneira alguma com essa seletividade. Políticos do PSDB ainda são muito protegidos pelas instituições oficiais. A Lava Jato deve cumprir seu papel, aplicar

a lei, independente de quem seja a pessoa, investigar todos. Ainda falta uma investigação mais séria com o partido dos tucanos.

**O EXTRA: Qual a importância da população para o êxito positivo e continuação da Lava Jato?**

**GOMES:** Por um lado, a operação está fazendo a sua parte, mas a sociedade civil também deve assumir a sua responsabilidade, por meio do exercício da cidadania – seja pelas redes sociais, seja pelas ruas, ou pelas urnas. O meu conselho é que quem não está nas ruas participando de manifestações, que pelo menos exerça sua cidadania nas urnas.

**O EXTRA: O que o senhor espera das eleições de 2018?**

**GOMES:** É hora de fazer limpeza, de renovar completamente o Congresso Nacional. Temos que, por meio do que chamamos de “voto faxina”, tirar os corruptos do poder, pois assim perdem o direito ao foro privilegiado, e respondem em primeiro grau, perdendo assim a imunidade no STF (Supremo Tribunal Federal).

**O EXTRA: Há um forte sentimento de revolta da população**

**contra a classe política. O que este sentimento pode trazer para as próximas eleições?**

**GOMES:** Esta revolta generalizada contra a classe política como um todo poderá favorecer candidatos com discursos demagógicos, pois são discursos que facilmente conquistam o cérebro do indivíduo. O perigo é colocar no poder um candidato extremista, este tipo de voto representa um risco que não podemos correr. A melhor opção é o “voto faxina”, consciente e construtivo.

**O EXTRA: Qual candidato a presidência de 2018 o senhor acredita que representa o voto “faxina”?**

**GOMES:** Alguém que, não só não seja corrupto, mas que também não esteja aliado a corruptos. Temos esperança de que algum nome não sujo, responsável e comprometido com o combate a corrupção assuma. Acredito que o senador Alvaro Dias ou Joaquim Barbosa poderiam ser boas opções, mas estamos esperando ainda que todos de fato se apresentem para que possamos levantar uma bandeira. Hoje, infelizmente, não tenho nenhum candidato para apoiar.



Jurista Luiz Flávio Gomes durante entrevista ao “O Extra.net”

























**PREFEITURA  
DE FERNANDÓPOLIS**

Continuação da página anterior

**Art. 15. O artigo 64, da Lei Complementar 46/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:**

Art. 64. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 5º, do artigo 53, desta Lei Complementar;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – (VETADO)

XI – (VETADO)

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XVI – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congênera a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – do porto, aeroporto, ferroponto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

§ 4º Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º, ambos do art. 8º - A da Lei Complementar Federal 116 de 31 de julho de 2003 e alterações posteriores, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

**Art. 16. Altera-se a denominação da Seção V, do Capítulo III, da Lei Complementar 46/2006, para “Do contribuinte e do Responsável”.**

**Art. 17. O artigo 66, da Lei Complementar 46/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:**

Art. 66. O contribuinte do imposto é o prestador dos serviços especificados na Lista constante do anexo I desta Lei Complementar.

§ 1º Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

§ 2º O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa desta Lei Complementar.

§ 3º Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às

prestações que constituam o seu objeto, conforme disciplinado em regulamento.

**Art. 18. Revoga-se o parágrafo § 3º, do artigo 68, da Lei Complementar 46/2006.**

**Art. 19. O artigo 76, da Lei Complementar 46/2006 passa a ter a seguinte redação:**

Art. 76. Ficando constatado, pelo setor encarregado da fiscalização de obras, através de Laudo de Vistoria, na forma da legislação pertinente, o término da reforma, construção ou ampliação de prédio residencial, comercial ou outro qualquer, será efetuado o lançamento do imposto de responsabilidade do proprietário do imóvel.

Parágrafo único. O imposto, a que se refere o presente artigo, será lançado através de notificação de lançamento

**Art. 20. O artigo 78, da Lei Complementar 46/2006 passa a ter a seguinte redação:**

Art. 78. A falta de pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte aos encargos moratórios previstos no art. 26, desta Lei Complementar.

**Art. 21. O artigo 80, da Lei Complementar 46/2006 passa a ter a seguinte redação:**

Art. 80. Enquadram-se no regime de responsabilidade tributária, por retenção na fonte, em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, devido pelos seus prestadores de serviços, na condição de tomadores de serviços:

I - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços constantes da Lista de Serviços do anexo I desta Lei Complementar;

II - a prefeitura, os órgãos da administração pública, direta indireta, autárquicos e fundacionais, das esferas de governo federal, estadual e municipal, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as concessionárias, permissionárias, autorizadas e delegadas de serviços públicos, as entidades imunes, bem como as indústrias e os grandes estabelecimentos comerciais;

III - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária de serviços, quando o prestador de serviço:

a) não comprovar sua inscrição no Cadastro Mobiliário CAMOB ou obrigado à emissão de Nota Fiscal de Prestação Serviço, deixar de fazê-lo;

b) o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País, ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

c) a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4o do art. 64 desta Lei Complementar.

§ 1º A responsabilidade tributária é extensiva ao promotor ou ao patrocinador de espetáculos esportivos e de diversões públicas em geral e às instituições responsáveis por ginásios, estádios, teatros, salões e congêneres, em relação aos eventos realizados.

§ 2º O regime de responsabilidade tributária, por retenção na fonte:

a) havendo, por parte do tomador de serviço, a retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN, substitui, totalmente, a responsabilidade tributária do prestador de serviço;

b) não havendo, por parte do tomador de serviço, a retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, não exclui, parcial ou totalmente, a responsabilidade tributária do prestador de serviço.

§ 3º Os responsáveis, a que se refere este artigo, estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido ou não efetuada sua retenção na fonte.

§ 4º Não se enquadram no regime de responsabilidade tributária, por retenção na fonte, enquanto prestadores de serviços, as empresas que se encontram em regime de estimativa e os contribuintes sujeitos ao recolhimento por meio de alíquota fixa, quando devidamente inscritos no município e aquele serviço cujo imposto seja inferior a 10% (dez por cento) da Unidade Referência do Município.

§ 5º A Prefeitura Municipal disponibilizará, através de correio eletrônico, o valor mensal da Unidade de Referência do Município para cumprimento do que dispõe o § 4º deste artigo.

§ 6º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido a este Município, quando declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 7º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

**Art. 22. Revoga-se o artigo 86, da Lei Complementar nº 46/2006. (Fundamento Artigo 8º-A, da Lei Complementar Federal nº 116/2003).**

**Art. 23. Alteração da denominação da seção XII, do Capítulo III, da Lei Complementar nº 46/2006, de “DOS DOCUMENTOS FISCAIS E DAS DECLARAÇÕES” para a denominação “DOS DOCUMENTOS FISCAIS”.**

**Art. 24. O artigo 87, da Lei Complementar nº 46/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:**

Art. 87. Os prestadores de serviços sujeitos ao recolhimento do imposto sobre o preço do serviço são obrigados a emitir notas fiscais de prestação de serviços, ou outro documento exigido pela Fazenda Pública Municipal, por ocasião da prestação de serviços, na forma estabelecida na legislação tributária municipal.

§ 1º Os documentos fiscais emitidos em desacordo com esta lei e seu regulamento serão considerados inidôneos.

§ 2º Considerar-se, também, como documento fiscal inidôneo, quando:

I - não corresponder à operação ou prestação nele indicado;

II - emitido sem a autorização fiscal ou com autorização obtida fraudulentamente.

**Art. 25. O artigo 88, da Lei Complementar 46/2006, passa a ter a seguinte redação:**

Art. 88. Para cada estabelecimento o prestador de serviços deve fazer inscrição distinta, junto à Municipalidade.

Parágrafo único. O prestador de serviço fica obrigado a adotar a forma eletrônica de emissão de documento e escrituração fiscal, conforme disposto em regulamento.

**Art. 26. Fica criada a seção XIII, no capítulo III, que regulamentará as disposições legais dos artigos 119 a 129, e passa a ser denominada de “DAS DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS”.**

**Art. 27. Revoga-se o artigo 119, da Lei Complementar nº 46/2006.**

**Art. 28. Revoga-se o inciso VIII, do § 2º, do artigo 120, da Lei Complementar 46/2006**

**Art. 29. A Lei Complementar nº 46/2006, passa a vigorar acrescida do artigo 120-A, 120-B, 120-C, 120-D, 120-E, 120-F, 120-G, 120-H,**

**120-I, 120-J, 120-L, 120-M, 120-N, 120-O, 120-P, 120-Q, 120-R e 120-S:**

Art. 120-A. Ficam instituídas:

I – A DECROM – Declaração Eletrônica de Serviços Prestados e Tomados pelas Cooperativas Médicas;

II – A DECROL – Declaração Eletrônica de Serviços Prestados e Tomados pelas Operadoras de Leasing;

III – A DECRED – Declaração Eletrônica de Serviços Prestados e Tomados pelas Operadoras de Cartão de Crédito.

Art. 120-B. A DECROM – Declaração Eletrônica de Serviços Prestados e Tomados pelas Cooperativas Médicas:

I – é de uso obrigatório para as cooperativas médicas (cooperativa singular e cooperativa central ou federação de cooperativa, com ou sem associados [COOPERADOS] Individuais, e confederação de cooperativa);

II – deverá conter, de forma individualizada, prestador por prestador e tomador por tomador:

a) no Quadro “Serviços Prestados”:

1 – o Campo “Identificação do Tomador de Serviço (Nome ou Razão Social, Endereço e CNPJ/CPF)”;

2 – o Campo “Documento Fiscal Emitido (Número e Data)”;

3 – o Campo “Descrição do Serviço Prestado”;

4 – o Campo “Item/Subitem da Lista de Serviço”;

5 – o Campo “Preço do Serviço”;

6 – o Campo “Onde o ISS é Devido”;

7 – o Campo “Valor do ISS Próprio”;

8 – o Campo “Valor do ISS Retido”.

b) no Quadro “Serviços Tomados”:

1 – o Campo “Identificação do Prestador de Serviço (Nome ou Razão Social, Endereço e CNPJ/CPF)”;

2 – o Campo “Documento Fiscal Recebido (Número e Data)”;

3 – o Campo “Descrição do Serviço Tomado”;

4 – o Campo “Item/Subitem da Lista de Serviço”;

5 – o Campo “Preço do Serviço”;

6 – o Campo “Onde o ISS é Devido”;

7 – o Campo “Valor do ISS Próprio”;

8 – o Campo “Valor do ISS Retido”.

III – será preenchida e enviada até o último dia útil do mês subsequente ao mês da ocorrência dos serviços prestados, tomados e retidos;

IV – terá o seu modelo instituído através de Portaria editada pelo Secretário Municipal da Fazenda.

Art. 120-C. A DECROL – Declaração Eletrônica de Serviços Prestados e Tomados pelas Operadoras de Leasing:

I – é de uso obrigatório para as operadoras de leasing;

II – deverá conter, de forma individualizada, prestador por prestador e tomador por tomador:

a) no Quadro “Serviços Prestados”:

1 – o Campo “Identificação do Tomador de Serviço (Nome ou Razão Social, Endereço e CNPJ/CPF)”;

2 – o Campo “Documento Fiscal Emitido (Número e Data)”;

3 – o Campo “Descrição do Serviço Prestado”;

4 – o Campo “Item/Subitem da Lista de Serviço”;

5 – o Campo “Preço do Serviço”;

6 – o Campo “Onde o ISS é Devido”;

7 – o Campo “Valor do ISS Próprio”;

8 – o Campo “Valor do ISS Retido”.

b) no Quadro “Serviços Tomados”:

1 – o Campo “Identificação do Prestador de Serviço (Nome ou Razão Social, Endereço e CNPJ/CPF)”;

2 – o Campo “Documento Fiscal Recebido (Número e Data)”;

3 – o Campo “Descrição do Serviço Tomado”;

4 – o Campo “Item/Subitem da Lista de Serviço”;

5 – o Campo “Preço do Serviço”;

6 – o Campo “Onde o ISS é Devido”;

7 – o Campo “Valor do ISS Próprio”;

8 – o Campo “Valor do ISS Retido”.

III – será preenchida e enviada até o último dia útil do mês subsequente ao mês da ocorrência dos serviços prestados, tomados e retidos;

IV – terá o seu modelo instituído através de Portaria editada pelo Secretário Municipal da Fazenda.

Art. 120-D. A DECRED – Declaração Eletrônica de Serviços Prestados e Tomados pelas Operadoras de Cartão de Crédito:

I – é de uso obrigatório para as administradoras de cartões de crédito, os titulares da bandeiras de cartões de crédito e os responsáveis pela captura e transmissão das transações com cartões de crédito;

II – deverá conter, de forma individualizada, prestador por prestador e tomador por tomador:

a) no Quadro “Serviços Prestados”:

1 – o Campo “Identificação do Tomador de Serviço (Nome ou Razão Social, Endereço e CNPJ/CPF)”;

2 – o Campo “Documento Fiscal Emitido (Número e Data)”;

3 – o Campo “Descrição do Serviço Prestado”;

4 – o Campo “Item/Subitem da Lista de Serviço”;

5 – o Campo “Preço do Serviço”;

6 – o Campo “Onde o ISS é Devido”;

7 – o Campo “Valor do ISS Próprio”;

8 – o Campo “Valor do ISS Retido”.

b) no Quadro “Serviços Tomados”:

1 – o Campo “Identificação do Prestador de Serviço (Nome ou Razão Social, Endereço e CNPJ/CPF)”;

2 – o Campo “Documento Fiscal Recebido (Número e Data)”;

3 – o Campo “Descrição do Serviço Tomado”;

4 – o Campo “Item/Subitem da Lista de Serviço”;

5 – o Campo “Preço do Serviço”;

6 – o Campo “Onde o ISS é Devido”;

7 – o Campo “Valor do ISS Próprio”;

8 – o Campo “Valor do ISS Retido”.

III – será preenchida e enviada até o último dia útil do mês subsequente ao mês da ocorrência dos serviços prestados, tomados e retidos;

IV – terá o seu modelo instituído através de Portaria editada pelo Secretário Municipal da Fazenda.

Art. 120-E. Ficam instituídas:

I – DES-CROM – Declaração Eletrônica de Serviços Prestados e Tomados de Cooperativas Médicas;

II – DES-CROL – Declaração Eletrônica de Serviços Prestados e Tomados de Operadoras de Leasing;

III – DES-CRED – Declaração Eletrônica de Serviços Prestados e Tomados de Operadoras de Cartão de Crédito.

Art. 120-F. A DES-CROM – Declaração Eletrônica de Serviços Prestados e Tomados de Cooperativas Médicas:

I – é de uso obrigatório para todos os prestadores e tomadores de serviços de cooperativas médicas, tais como, além de outros:

















**PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**

Continuação da página anterior

7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5	200
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5	200
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5	200
			200
			200
7.04	Demolição.	5	200
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5	200
			200
			200
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5	200
			200
			200
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5	200
7.08	Calafetação.	5	200
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5	200
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5	200
			200
7.11	Decoração, jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5	200
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5	200
			200
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5	200
			200
7.14	(VETADO pela Lei Complementar Federal nº 116/2003)		200
7.15	(VETADO pela Lei Complementar Federal nº 116/2003)		200
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	5	200
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5	200
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5	200
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5	200
			200
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5	200
			200
			200
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretção, testemunhagem, pesca, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5	200
			200
			200
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5	200
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	5	200
			200
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	5	200
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	5	200
			200
9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	5	200
9.01	Hospedagem de Qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis-residência, residence-service, suíteservice, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no peço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5	200
			200
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5	200
			200
9.03	Guias de turismo.	5	200
10	Serviços de intermediação e congêneres.	5	200
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5	200
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5	200
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5	200
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5	200
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusiveaqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5	200
10.06	Agenciamento marítimo.	5	200
10.07	Agenciamento de notícias.	5	200
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5	200
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5	200
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	5	200
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	5	200

11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5	200
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	5	200
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5	200
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5	200
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	5	200
12.01	Espectáculos teatrais.	5	200
12.02	Exibições cinematográficas.	5	200
12.03	Espectáculos circenses.	5	200
12.04	Programas de auditório.	5	200
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5	200
12.06	Boates, táxi-dancing e congêneres.	5	200
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5	200
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5	200
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5	200
12.10	Corridas e competições de animais.	5	200
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5	200
12.12	Execução de música.	5	200
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5	200
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5	200
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5	200
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5	200
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5	200
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	5	200
13.01	(VETADO pela Lei Complementar Federal nº 116/2003)	5	200
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5	200
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5	200
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5	200
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	5	200
14	Serviços relativos a bens de terceiros.	5	200
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5	200
14.02	Assistência Técnica.	5	200
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5	200
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5	200
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	5	200
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5	200
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	5	200
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5	200
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5	200
14.10	Tinturaria e lavanderia.	5	200
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5	200
14.12	Funilaria e lanternagem.	5	200
14.13	Carpintaria e serralheria.	5	200
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	5	200
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	5	200
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5	
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e cademeta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5	
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5	
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestados de capacidade financeira e congêneres.	5	
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5	
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5	
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo,	5	

	extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.		
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5	
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5	
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos Quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5	
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5	
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5	
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5	
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5	
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em Terminais eletrônicos e de atendimento.	5	
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5	
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5	
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5	
16	Serviços de transporte de natureza municipal.	5	200
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	5	200
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	5	200
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil,comercial e congêneres.	5	200
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5	200
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5	200
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5	200
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5	200
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5	200
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5	200
17.07	(VETADO pela Lei Complementar Federal nº 116/2003)	5	200
17.08	Franquia (franchising)	5	200
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5	200
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5	200
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5	200
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5	200
17.13	Leilão e congêneres.	5	200
17.14	Advocacia.	5	200
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5	200
17.16	Auditoria.	5	200
17.17	Análise de Organização e Métodos.	5	200
17.18	Atuaria e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5	200
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	5	200
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5	200
17.21	Estatística.	5	200
17.22	Cobrança em geral.	5	100
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5	200
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres	5	200
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	5	200
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5	200
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de Seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de Seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5	200



